



HAL
open science

Mediação: perspectivas dialéticas

Ana Amélia Lage Martins

► **To cite this version:**

Ana Amélia Lage Martins. Mediação: perspectivas dialéticas. Médiations et hybridations: construction sociale des savoirs et de l'information. Actes du 4^e colloque MUSSI, GERiCO; <https://mussi2018.sciencesconf.org/>, Jun 2018, Villeneuve d Ascq, France. pp.63-73. hal-03783078

HAL Id: hal-03783078

<https://hal.science/hal-03783078v1>

Submitted on 11 Oct 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution - NonCommercial - NoDerivatives 4.0 International License

Mediação: perspectivas dialéticas

Médiation : perspectives dialectiques

Mediation: dialectical perspectives

Ana Amélia Lage Martins

Universidade Federal de Minas Gerais

anaamelialagemartins@gmail.com

Resumo

Embora tenha se consolidado como operador teórico-conceitual e metodológico, o termo mediação requer a necessária discussão epistemológica. Este construto presente na Filosofia desde, pelo menos, a Antiguidade Clássica, foi desenvolvido pela dialética, que o tem como importante categoria de seu sistema lógico. O trabalho discute a categoria mediação no âmbito da dialética e aponta perspectivas que ela traz aos estudos do campo da informação.

Palavras-chave: mediação, Ciência da Informação, dialética, mediação dialética.

Résumé

Bien que le terme médiation soit consolidé comme concept important au plan théorique et méthodologique il nécessite une discussion épistémologique. Sa construction présente dans la philosophie, au moins depuis l'Antiquité Classique, fut développé par la dialectique qui le considère comme une catégorie importante de son système logique. La recherche discute la catégorie médiation dans le domaine de la dialectique et soulève quelques perspectives pour le champ de l'information.

Mots-clés : médiation, science de l'information, dialectique, médiation dialectique.

Abstract

Although the term mediation has consolidated itself as an important theoretical-conceptual and methodological, the term also requires the necessary epistemological discussion. This construct, presents in Philosophy since, at least, Classical Antiquity, was developed theoretically and methodologically by the dialectic, which has it as an important category of its logical system. The paper discusses the mediation category within the scope of the dialectic and which can be seen in the studies of information field.

Keywords: mediation, Information Science, dialectics, dialectical mediation.

Para citar este artigo:

Martins, Ana Amélia Lage (2018). « Mediação: perspectivas dialéticas ». In Chaudiron S., Tardy C., Jacquemin B. (Eds.). *Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du 4^e colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documental. Anais do 4^o colóquio científico internacional da Rede MUSSI*, Villeneuve d'Ascq: Université de Lille, p. 63–73.

“Mediar es operar con la acción que transforma, la información que conforma, y la organización social que vincula, para introducir un designio” (Martín-Serrano, 2007, 22).

1 Introdução¹

O polissêmico conceito mediação tem servido, na Ciência da Informação, como um operador teórico e metodológico-chave para a apreensão das diversas dinâmicas que envolvem a produção, a organização, o fluxo, a comunicação, a apropriação, a circulação, a transferência, os dispositivos, os registros, os regimes, os usos e usuários de informação em diferentes contextos.

Com significados diversos, seu emprego foi, segundo Marteleto e Couzinet (2013), paulatinamente se transformando no campo das Ciências da Informação e Comunicação, especialmente naquelas produzidas na França e no Brasil, passando da ideia de transmissão unilinear sustentada pela figura de um mediador ou de uma mídia, a um processo onde intervêm diferentes agentes técnicos, sociais e culturais.

É a partir da década de 1980 que a mediação aparece, segundo Jeanneret (2005), apoiando a disciplina francesa de Ciências da Informação e Comunicação, quando começa a ser utilizada para assinalar a inexistência, nos contextos de produção e uso de informação, de realidades realmente imediatas, o que torna preciso destacar o papel de intermediários mediadores. E também para demarcar que o conhecimento e o significado relativos aos procedimentos de informação e comunicação não estão imediatamente prontos.

Na Ciência da Informação brasileira a mediação também passa a circular neste momento tanto para compreensão das práticas e processos informacionais operados entre diferentes atores e instâncias sociais, como estado e os “novos movimentos sociais”, quanto para qualificar as atividades de ação cultural nas bibliotecas que teriam como função promover “o contato com o não-público e a síntese dialética entre criação e mediação cultural” (Flusser, 1980, 131).

Desde então, o termo se consolidou no campo de estudos da informação a ponto de se converter em categoria fundamental de um “novo quadro conceitual” deste domínio (Araújo, 2016).

De maneira bastante geral seu emprego, feito amiúde no plural “mediações”, vem designando: a) o conjunto de valores, práticas compartilhadas, lugares de memória que transcende o cotidiano das trocas (Jeanneret, 2005); b) instância que garante, na comunicação e na vida social, a articulação entre as dimensões individual do sujeito e sua singularidade e a dimensão coletiva de sociabilidade e vínculo social (Lamizet, 1998); c) dimensão dos dispositivos de comunicação/informação que estruturam lugares, textos, espaços e acervos, influenciando as interpretações e produzindo objetos mistos e portadores de sentidos (Marteleto e Andalécio, 2006); d) passagem, elo social (Dufrière e Gellereau, 2004); e) ação de um elemento terceiro no processo de construção de sentidos que provoca transformação (Davallon, 2007); f) atividade produtiva e criativa que intervém no curso da comunicação e lhe confere uma dimensão nova (Jeanneret, 2014); g) ato constitutivo dos processos de construção de sentidos e instância produtora de significação (Perrotti e Pieruccini, 2014), dentre outras².

Diversas obras de referência³ especializadas apontam que a mediação alude historicamente, no pensamento filosófico ocidental, a relação entre termos em um processo de raciocínio lógico (evidenciada especialmente no meio-termo do Silogismo), bem como se desenvolve, como categoria, a partir da dialética de Hegel, onde desempenha importante função.

¹Este trabalho integra a pesquisa “Mediação informacional: perspectivas sócio-históricas”, desenvolvida em estágio pós-doutoral no Programada de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-UFRJ), sob a supervisão da professora Regina Marteleto.

²Para conhecer alguns significados no campo de estudos da informação consultar Jeanneret (2005); Régimbeau (2011); Martins (2010).

³Tais como: Abbagnano (2007); Mora (1982); Lalonde (1999); Legrand (1991); Japiassú e Marcondes (2001); Razinkov (1980) e Williams (1985).

Considerando a dialética moderna como um marco do desenvolvimento do conceito, este trabalho propõe indicar alguns de seus significados e funções no sistema lógico de Hegel e na dialética materialista de Marx e, conseqüentemente, seus desdobramentos e possíveis interlocuções no campo de estudo da comunicação e informação.

2 O lugar da mediação da dialética de Hegel e Marx

Sistematizar a compreensão de Hegel sobre a mediação e a função específica desta categoria - que não é única- na construção do seu pensamento é um trabalho complexo que reflete a complexidade e a amplitude de questões abarcados pelo filósofo.

Ao construir um sistema lógico que compreende a lógica formal apenas como um momento da lógica, Hegel propõe que a análise de um conceito (que é a coisa-em-si) deve ter como princípio a sua negação, ou seja, a consideração daquilo que ele não é. Tomando o conceito de ser, postula que é preciso contrapor-lhe o “não ser”, que também passa a constitui-lo e a desenvolver o conceito “vir a ser”, o devir, o qual implica no desaparecimento e reaparecimento tanto do ser como do nada um no outro. O ser se formula, portanto, num processo dialético a partir do confronto com aquilo que ele não é, sendo a contradição um princípio básico do movimento a partir do qual os seres e a realidade existem. A lógica é, assim, para Hegel, a ciência do processo, do devir e a dialética o sistema científico a partir da qual se acessa o conhecimento da verdade ou do absoluto (conhecimento do universal a partir do particular).

O sistema científico desenvolvido por ele especialmente nas obras *Fenomenologia do Espírito* (1807), *Ciência da lógica* (1812) e *Enciclopédia de Ciências Filosóficas* (1817) postula que o conhecimento da verdade exige a apreensão das múltiplas determinações do próprio movimento da substância, que constitui processualmente com a consciência uma unidade dialética.

Considerando o princípio da totalidade sistêmica, uma das questões centrais no desenvolvimento da lógica de Hegel diz respeito a questão do começo, ou seja, de onde o pensamento dialético deve partir: do singular, do objeto em sua manifestação fenomênica, ou do todo?

Em *Ciência da Lógica. A doutrina do Ser*, Hegel desenvolve seu pensamento sobre a questão do começo da ciência, partindo da seguinte questão: “o início da filosofia deve ser algo mediado ou algo imediato?” (Hegel, 2011, 49).

Para buscar responde-la, ele demarca duas tendências do pensamento: a partir do conteúdo, “o princípio é um conteúdo de algum modo determinado: a água, o um, a ideia, a substância, a mônada, etc.” (Hegel, 2011, 49) e a partir da “filosofia do eu”.

A necessidade de começar com o eu, explica Hegel, resulta de uma representação não mediada de que é preciso encontrar uma “primeira verdade” da qual se possa deduzir todas as outras- e esta primeira verdade deveria ser uma “certeza imediata”.

O “eu” compreenderia esta primeira verdade na medida em que carrega consigo a “a certeza simples de si mesmo” (Hegel, 2011, 52), ao contrário do conteúdo que não está estabelecido de imediato por sua essência. Este “eu” seria, contudo, um ponto de vista arbitrário, não se distinguindo da afirmação de outro ponto de vista, o empírico, considerando que ele apenas representaria um dos estados empíricos da consciência, tanto quanto qualquer outro estado, e que a vivência do eu pode variar de natureza conforme os sujeitos. Ele igualmente precisa estar submetido a determinações prévias mais concretas, não sendo, portanto, mais certo do que qualquer outro objeto do pensamento. Hegel também reflete sobre a inexistência de um “eu puro” que aparece mediante o saber absoluto, no qual desapareceu a diferença entre o subjetivo e o objetivo.

Considerando que nem o sujeito nem o objeto podem compreender o começo da filosofia, a identidade de ambos, o todo que se obtém mediante a equalização da realidade com o Espírito Absoluto que se reconhece a si mesmo no nível mais elevado do seu desenvolvimento, poderia ser o começo. Contudo, ele ainda não está dado já em si mesmo ao pensamento, sendo conceitualizável mediante

o acompanhamento do processo de sua emergência, o do desenvolvimento dos seus momentos na forma de sua afirmação, negação e superação no interior do processo.

O começo se daria, assim, de forma circular, a partir do resultado, do ser, na relação entre o imediato e o mediato, entre o singular e o todo. Assim: “o essencial não é tanto que o começo seja um imediato puro, senão que o seu conjunto seja uma recorrência circular em si mesmo, em que o Primeiro se volte também o Último, e o Último se volte também o Primeiro” (Hegel, 2011, 59).

Embora o sentido desta determinação possa parecer contraditório porque afirma e nega ao mesmo tempo possibilidade de partir do singular, ele tem em vista “alertar o saber sobre o caráter limitado de todo começo e em estimular a visão para discernir o caráter dialético da realidade, que não admite um tal começo unilateral, quer se parte do singular ou do todo” (Kofler, 2010, 45).

O caminho estabelecido como começo, será alcançado, então, pelo “método da mediação dialética”, segundo Kofler (2010), que corresponde à essência do próprio ser. Assim “o modo pelo qual o meramente sabido se torna reconhecido consiste na superação do seu ser isolado e em sua restituição ao nexo da totalidade a que pertence: a chamada mediação” (Kofler, 2010, 49).

A mediação (*vermittlung*) é colocada como um operador fundamental no sistema dialético hegeliano, ligado a articulação das determinações no âmbito da totalidade, aos nexos dialéticos entre essência e aparência, forma e conteúdo no interior do processo histórico, que é também o processo do Espírito e da consciência.

O conhecimento do absoluto⁴, desta maneira, somente se completa mediante seu desenvolvimento temporal em um processo totalizador, de forma que a essência ou a verdade, não podem ser acessadas de modo imediato ao fenômeno, em sua manifestação singular ou individual, mas somente tendo em vista sua conexão dialética, suas mediações.

A categoria opera, portanto, a partir do movimento da negação, da reflexão, do devir e das determinações do ser e da consciência.

Para Hegel a mediação:

“não é outra coisa senão a igualdade-consigo-mesmo semovente, ou a reflexão sobre si mesmo, o momento do Eu para-si-essente, a negatividade pura ou reduzida à sua pura abstração, o simples vir-a-ser” (Hegel, 1992, 31)

A mediação será, assim, uma categoria epistemológica, lógica e metodológica atinente ao movimento do real e do pensamento que se constituem na passagem de três momentos: do imediato ou do universal abstrato, da sua negação (mediação) e o da totalidade, do resultado que contem a negação e a reflexão é parte do processo totalizador.

É a partir dela que a determinação mais geral pode ser vista na pluralidade de fenômenos singulares, assim como a essência, a qual está implicada na negação do ser.

A dialética do singular-particular-universal⁵ compreende, assim, uma perspectiva teórica e metodológica importante a partir da qual opera o conceito mediação no âmbito da dialética materialista.

Considerando o profundo sentido histórico do sistema dialético hegeliano, Marx concebe a existência de um movimento totalizador da realidade social que se organiza no tempo a partir do conjunto de esforços que os seres humanos, nas relações entre si, fazem para apropriação e transformação da natureza tendo em vista a satisfação de suas necessidades. A produção da sociedade humana é, portanto, decorrente da relação entre sujeitos e natureza na produção material da vida.

Apesar de reiterar a diferença fundamental entre a sua dialética, de caráter materialista, e a de Hegel, idealista, Marx utiliza em seu método o procedimento geral da dialética hegeliana, bem como seu núcleo racional: a contradição, a transitoriedade, a negatividade, o devir, o universal, o particular, a história e, também, a mediação.

⁴O espírito absoluto constitui a verdade mais concreta, a verdade última de todo o ser.

⁵Tratada por Hegel e Marx e desenvolvida por Lukács a partir destas duas referências, a dialética do singular-particular-universal tem como premissa que a singularidade se constrói na universalidade e a universalidade se concretiza na singularidade, tendo o particular como mediação. Considerando os limites deste texto, não abordaremos esse aspecto. Consultar: Lukács G. (1978). *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Ao considerar o trabalho como condição de existência humana, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de “mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (Marx, 2011, 167), a mediação é categoria fundamentalmente ontológica em Marx.

É também categoria epistemológica relacionada à produção do conhecimento, decorrente desta mesma mediação metabólica entre humanidade e natureza.

Embora, como lembre Ciavatta (2001), a questão teórica e metodológica das mediações não tenha sido formalmente tratada por Marx, ela se apresenta no contexto metodológico geral a partir do qual ele construiu sua obra.

Marx considera que a investigação “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (Marx, 2002, 28). Para isso, a mediação será uma categoria, além de ontológica e epistemológica, também metodológica relacionada ao caminho racional que desvela a “conexão íntima” que constitui o concreto⁶, ou seja, “a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso” (Marx, 2008, 258).

Ao partir da análise da mercadoria, que se apresentava nos mais diversos objetos da vida cotidiana, Marx procura evidenciar as contradições elementares da sociedade burguesa, considerando que ela, mercadoria, tem sua existência vinculada a uma totalidade que, em sua concreticidade, se distingue profundamente do real imediato, ou empírico, do qual partiam os economistas clássicos.

Buscando, assim, as “múltiplas determinações” da mercadoria num rigoroso exercício dialético de abstração e síntese, Marx (2011), afirma que é preciso considerar que toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” e que:

“a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar, simultaneamente, um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos” (Marx, 2011, 64, grifo meu).

Ele ressalta que a produção não é apenas meio para o consumo e o consumo finalidade para a produção, de modo que cada qual fornece ao outro o seu objeto: a produção o objeto externo do consumo, o consumo o objeto representado da produção. Na verdade, segundo Marx, “cada um deles não apenas é imediatamente o outro, nem tampouco apenas o medeia, mas cada qual cria o outro à medida que se realiza” (Marx, 2011, 75)⁷. A mediação tem aí um sentido dialético criativo, não apenas provendo de materiais a necessidade como também provendo de necessidades os materiais, ou seja, a produção não somente “produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (Marx, 2008, 248).

Para Marx, também, a produção imprime ao consumo, a partir da mediação, seu caráter determinado, ou seja, um modo de consumo, já que

“O objeto não é um objeto geral, mas um objeto determinado, que foi consumido de uma certa maneira por mediação, mais uma vez da própria produção. A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de

⁶O concreto é sinônimo dos elos reais entre fenômenos, de concatenação e interação de todos os aspectos e momentos do objeto dado imediatamente no real, seus elos reais. Compreende, assim, uma totalidade internamente dividida das várias formas de existência do objeto.

⁷Ao apontar que produção e consumo são dialeticamente mediados, Marx (2011) quer ressaltar: a) a existência de um duplo consumo na produção, objetivo e subjetivo, evidenciado no desenvolvimento, pelo (a) trabalhador (a), das capacidades de produzir e ao mesmo tempo no despendimento destas, bem como no consumo de meios e matérias necessários à produção; b) que o produto somente se torna de fato produto a partir do consumo; c) que o consumo cria a produção na medida em que produz a necessidade de uma nova produção; d) que o consumo cria o objeto sob uma forma que é, ainda, subjetiva, reproduzindo a necessidade.

um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes” (Marx, 2008, 268, grifo meu).

Além de criar dialeticamente o próprio objeto do consumo, a produção cria o modo determinado do consumo, ou seja, cria objetiva e subjetivamente (Marx, 2008).

A mediação pode ser compreendida em Marx a partir da “forma” ou “aparência” do(s) termo(s) que internamente relaciona.

O conceito de forma (que na obra de Marx apresenta-se de modo recorrente na forma-mercadoria, a forma-valor, a forma-dinheiro etc), compreende, para Gun (1987), o centro do significado da mediação em Marx, conceito que para ele tem por finalidade, ao cabo, revelar as “aparências das relações de classe”.

Ao ser pensada pela forma, a mediação apontaria, assim, para o modo de existência ou a aparência dos fenômenos que, pelas mediações, se dão tanto a ocultar quanto a “aparecer”, no sentido hegeliano que indica a ação da palavra aparência.

Gun (1987) lembra que no processo histórico de expansão capitalista, as mediações das contradições inerentes à forma - mercadoria (a contradição central é entre valor de uso e valor de troca) não são abolidas, mas sim fornecem a forma dentro da qual elas têm espaço para se mover e se organizar. A mediação, neste sentido, re-forma as contradições, colocando-as em uma nova aparência.

Além do sentido ontológico e epistemológico, ligado à produção da vida, do ser social e do conhecimento, a mediação em Marx tem um sentido fetichizante e alienante, relacionado ao ocultamento da essência pela forma ou “modo de existência”.

Cumprir lembrar que para Marx, assim como para Hegel, nenhum processo de mediação é definitivo: os termos mediados podem exigir remediação e, longe de ser meramente “estrutural”, o processo de mediação e remediação é aquele em que a *práxis* da luta de classes está inscrita (Gun, 1987). A mediação é, neste sentido, uma categoria destinada a compreensão e também transformação do real cuja “virtude adicional”, segundo Gun (1987), é possibilitar também uma teorização da relação entre a luta de classe e luta de outros tipos, o que atesta o sentido revolucionário da mediação⁸.

3 Perspectivas teórico-metodológicas da mediação dialética no campo de estudos da informação

Para Ciavatta (2001) a mediação, como categoria posta na pesquisa social, compreende um operador de análise implicado, em primeiro momento, com a própria definição do objeto científico.

Considerando que a questão metodológica de construção do objeto implica em sua questão epistemológica, já que o método não se separa da construção do objeto, “ao contrário, ele o constitui”, (Ciavatta, 2001, 208), a filósofa, ao pensar a mediação por uma perspectiva dialética materialista, aponta a reconstrução histórica como uma profícua possibilidade metodológica aberta pelo campo da mediação. A utilização da história como método “propõe a busca das articulações que explicam os nexos e os significados do real e levam à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo” (Ciavatta, 2001, 208).

A partir de Lukács e Hegel, a autora indica que são as determinações histórico-sociais, o campo do particular, que possibilitam a apreensão de um objeto à luz das determinações mais gerais.

Uma particularidade dos mais diversos fenômenos informacionais contemporâneos, materializados por meio de documentos, linguagens, acervos e dispositivos e que se converteram em objetos de estudos do campo da informação é a dinâmica histórica, conflitiva e não-homogênea de organização

⁸Sobre isso Gun (1987) exemplifica a relação da opressão de classe com a opressão de gênero. Embora esta última seja anterior ao capitalismo, a opressão de gênero e de classe estão entrelaçadas, o que fica evidente nos modos como o sistema capitalista incorpora elementos relativos à divisão de sexual e de gênero, com suas próprias mediações, re-formando este sistema de opressão.

e expansão do capitalismo. As mediações históricas do capitalismo são, neste sentido, um campo fundamental a partir do qual é possível acessar as determinações da informação, na medida em que foi no âmbito da complexa produção e reprodução deste sistema que, nas sociedades ocidentais, cria-se a própria noção de informação enquanto objeto da ciência.

Foi também a partir dos momentos de superação de crises e avanço do capitalismo que os diversos processos e dispositivos infocomunicacionais pelos quais se interessam o campo de estudos da informação ganharam centralidade na vida individual e coletiva, como vem sendo apontado por diversos estudos do campo da informação e comunicação.

A construção do objeto de estudo do campo informacional, pela perspectiva dialética das mediações, sinaliza, assim, para a relevância de considerar, a partir da particularidade histórica:

“o papel produtivo das comunicações, da informação e da cultura como eficazes instâncias de mediação entre as necessidades de acumulação do capital e a reprodução simbólica do mundo vivido” (Lopes, 2006, 17, grifo meu).

No âmbito dos estudos da informação, a mediação dialética é especialmente vislumbrada, no Brasil, pelo campo da *Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura* que emprega o conceito considerando seu lugar no materialismo histórico. A partir deste referencial, o campo tem pensado as diversas formas de subsunção da informação, da cultura e do conhecimento aos mecanismos de produção de valor (Bolão, 2001), a dinâmica do capital-informação (Dantas, 2012), as mediações da reprodução ampliada do capital a partir de fenômenos como o gosto, (Schneider, 2015), dentre outros aspectos que têm mobilizado esta vertente de estudos.

A utilização da mediação como conceito estruturante de uma proposta teórica e metodológica sobre a comunicação e a informação que tem como referência, dentre outras, a dialética, pode ser vista no trabalho do espanhol Manuel Martín-Serrano, que na década de 1970 desenvolve uma teoria das mediações sociais no campo da comunicação⁹.

O ponto de partida do autor, ao analisar o papel da comunicação e da informação nas sociedades capitalistas avançadas, foi perceber que, no momento da crise de acumulação da década de 1970, as contradições que se explicitavam, ao invés de tornarem o sistema inviável, o reforçavam. E isto era produzido, segundo ele, a partir das mediações sociais, dentre as quais estavam a comunicação e a informação institucionalizadas, cujo objetivo era, ao cabo, a instituição de um modelo de ordem adequado às necessidades de reprodução do capital.

A partir da lógica dialética e em diálogo com a Cibernética, a Sociologia e a Antropologia, o conceito de mediações foi entendido pelo espanhol como operações por meio das quais se realizavam os mecanismos renovados de controle que tornavam possível a utilização da contradição na reprodução de um sistema contraditório.

Conforme expõe no prólogo da reedição de seu clássico *La Mediación Social*, trinta anos depois, naquele momento “a mí me parecía que estaban emergiendo nuevos procedimientos de control que hacían posible utilizar las contradicciones para reproducir ese orden contradictorio. Quedaba por averiguar cuáles eran y cómo funcionan. Y estaba por hacer el análisis teórico de un fenómeno” (Martín-Serrano, 2007, 10).

Através de um trabalho histórico e, sobretudo, lógico, o autor propôs um referencial teórico e metodológico que, a partir do conceito de mediações sociais, buscava explicar as funções desempenhadas pela comunicação, informação e outras instâncias sociais no contexto de mudança das sociedades capitalistas que, no momento de escrita de sua obra mais importante, *La Mediación Social*, em 1977, transitavam de uma fase industrial a outra pós-industrial.

⁹O trabalho do autor parte de sua tese de doutorado intitulada *L'Ordre du monde a travers la télévision. Structure du discours électronique*, sob a orientação de Abraham Moles (Université de Lille III, 1974). Sua teoria serviu de apoio para os posteriores estudos de recepção desenvolvidos na América Latina que também se utilizaram do conceito de mediações como eixo fundamental para compreender as relações entre comunicação, ideologia, cultura e hegemonia.

Para ele, as situações de dissonância social geradas pelas contradições entre transformação e a reprodução social só podiam ser ou superadas (por um processo revolucionário que daria lugar a outro tipo de sociedade- o que não aconteceu) ou negadas, o que implicaria em “estabelecer os melhores ajustes possíveis entre inovação tecnológica e mudança cultural para que o sistema pudesse seguir reproduzindo em estado de contradição” (Martín-Serrano, 2007, 66, tradução minha).

O fato de as contradições não culminarem em conflitos que questionem a totalidade da ordem social¹⁰, segundo ele, indica que estas sociedades possuem sistemas de ajustes muito eficazes que são os sistemas de regulação institucionalizados, os sistemas de mediação social. Estes sistemas têm em vista produzir, a nível cognitivo, modelos de ajuste para reduzir a dissonância que, a nível real, tem lugar entre a inovação tecnológica, a mudança cultural e a organização social. Eles buscam ordenar a realidade fragmentando-a, ocultando as suas contradições e centrando a correção dos desajustes sobre os sujeitos, obrigados a adaptar-se continuamente às transformações em curso.

A teoria das medições sociais busca destacar, assim, como a contradição reproduz a ordem contraditória e como a alienação produz a identidade (Martín-Serrano, 2007, 17).

Mas como a contradição reproduz a ordem contraditória? Instalando-se um estado permanente de crise que passa a exigir reajustes macrosociológicos ininterruptos. Martín-Serrano (2007) lembra, a partir de Marx, que embora o sistema de produção capitalista possa funcionar e se reproduzir em um estado de contradição estrutural, desde o estágio do monopólio global a crise rompeu as barreiras que a mantinha dentro do escopo do mercado, de modo que a existência humana foi sendo “representada em um estado permanente de exceção” (Martín-Serrano, 2007, 16, tradução minha).

Para lidar com as crises, espera-se, assim, que cada indivíduo “mude” quantas vezes forem necessárias, o que faz com que as contradições sociais sejam gerenciadas como desequilíbrios individuais. Essa forma de controle recorrerá à mediação social, estando a comunicação e a informação dentre as mais eficazes na medida em que permitem formas de controle que substituem as coerções explícitas, mas que atingem profundamente a dimensão existencial.

O exercício da mediação, como mecanismo de controle, de ocultamento da totalidade e da contradição, opera através de meios imateriais e materiais que envolvem o desenvolvimento de um setor produtivo público e privado, dedicado ao ajuste social, ao desenvolvimento de instituições, instâncias e processos mediadores, a exemplo dos dispositivos de informação e comunicação que passam a atingir o centro da vida cotidiana instaurando um modo (pós-industrial) de conceber o mundo. “Investimentos em infra-estrutura, serviços e bens para a mediação social são, assim, necessários para que o modelo sócio-econômico possa durar” (Martín-Serrano, 2007, 45, tradução minha).

Ao estudar a televisão, Martín-Serrano (2007) afirmou que para não colocar em risco a estabilidade dos sistemas normativos e garantir a reprodução da ordem hegemônica, os mecanismos de controle social via comunicação e informação se centram no controle rigoroso do código.

Assim, os modelos de ordem da informação e da comunicação se consolidam, segundo ele, “principalmente a través de los códigos que organizan los relatos y sólo secundariamente a través de los contenidos que aparecen expresos en esos relatos” (Martín-Serrano, 1977, 90). Isto faz, por exemplo, que a televisão torne compatível a polissemia com a estabilidade de códigos, de modo que a aparente “diversidad de los contenidos expresos del discurso televisivo esconde, a nivel de los códigos, un sistema normativo muy estable” (Martín-Serrano, 2007, 44).

A mediação introduz, assim, um modelo de ordem que oferece uma visão estável do mundo, compreendendo: “la acción que transforma, la información que conforma, y la organización social que vincula, para introducir un designio” (Martín-Serrano, 2007, 22).

Assim como Gramsci já havia destacado, a expressão ideológica particular que se apresenta como universal na organização hegemônica realiza-se muito mais pela forma do que pelo conteúdo.

¹⁰O autor está se referindo aos movimentos sociais que tomam corpo a partir de maio de 1968, quando novos atores passam a tematizar conflitos que ultrapassavam o escopo das relações de produção e trabalho. Para ele, os avanços daquele momento histórico não eram só progressistas, mas necessários e funcionais para que o modo de produção capitalista seguisse o seu processo histórico.

Este aspecto da mediação como práticas transformativas e de regulação social pode ser percebido também a partir da perspectiva da “economia política dos textos e das escritas na web” (Marteleteo, 2015), que aponta para a existência de uma “dialética entre formatos documentários e a figuração da relação social” (Wrona citado por Jeanneret, 2015) e de modos particulares de produção de documentos, de práticas informacionais e comunicacionais que se realizam por meios dos dispositivos infocomunicacionais (Jeanneret, 2015).

Por esta perspectiva, o conceito de dispositivo, reelaborado a partir de Foucault, possibilita pensar o “agenciamento de elementos que apresenta, entre outras, a particularidade de ter por objetivo articular meios em função de uma finalidade, ela própria ligada a uma situação que exerce constrangimentos e impõe limites” (Marteleteo, 2015, 13).

Para Jeanneret (2015), as configurações técnicas e semiológicas, materiais e simbólicas dos dispositivos materiais de comunicação na Internet engendram modos e formas particulares de produção de documentos e de práticas informacionais que podem ser compreendidos como um momento na economia política da circulação dos saberes, em que a “indústria do texto e da mídia difunde e normaliza as formas, os formatos” (Jeanneret, 2015, 21).

Dentre tais características que conformam um “modo de fazer” específico que pode ser visto, por exemplo, nas redes sociais da Internet, o autor destaca: a transmissão rápida e alta reprodução de mensagens curtas; a criação de coleções iconográficas compartilhadas de tipo analógico (os álbuns de fotografias); a montagem padronizada de conjuntos unindo o texto, a imagem, o formulário, o pictograma e a citação; os recursos de humor e ironia, dentre outros que se realizam em um universo onde predominam o gesto de designação, a enunciação mínima, o compartilhamento de objetos já construídos por outros, a reciclagem de documentos produzidos no espaço privado e a captura de discursos midiáticos em favor de um fluxo de comunicação de segundo nível (Jeanneret, 2015).

Vistas por esta lógica, é possível perceber estes dispositivos como um modelo, assim como outros, destinados à “instrumentalização, ao condicionamento e ao regimento das trocas informacionais” que são “completamente indiferentes ao conteúdo das mensagens” (Jeanneret, 2015, 21).

Todas estas características estruturam-se, segundo ele, em um complexo mídia-texto especial fundado na “capacidade de fazer, de certas mediações, a passagem obrigatória da socialização e da visibilidade” (Jeanneret, 2015, 21) que se apoia, concomitantemente, sobre as propriedades materiais e logísticas do suporte e sobre os princípios semióticos, retóricos e poéticos de uma forma de expressão que tem em vista “disseminar pequenos cenários de práticas por meio destas ferramentas”.

Estes “cenários de práticas”, que também podem ser compreendidos a partir da perspectiva das mediações sociais como instância do ajuste social ou, por Marx, como “modos determinados” de realização da produção de valor a partir de uma forma (aparência) se apresentam, ao lado das categorias de historicidade e totalidade, como chaves de leitura que podem iluminar as contradições que se evidenciam (ocultando-se) nos diversos fenômenos infocomunicacionais do tempo presente.

4 Conclusões

A categoria dialética mediação/mediações tem em vista, na produção do conhecimento, perseguir as múltiplas determinações, os nexos constitutivos a partir dos quais se realizam os fenômenos ou objetos que se busca conhecer, considerando o movimento histórico e totalizante da realidade no qual se inserem.

Como categoria, ela pode ser compreendida a partir de sua dimensão fundamentalmente epistemológica, lógica e metodológica que revela a essência mediada pela aparência dos fenômenos, em suas dimensões material e simbólica e em seus contextos espaço-temporais.

A compreensão da informação como elemento e processo que se realiza a partir da dinâmica de produção e reprodução social, ou seja, na produção da realidade social e dos sujeitos, é um universal

abstrato que evidencia a impossibilidade de entendimento do fenômeno informacional em si e por si, mas somente nas complexas relações que estabelece.

O conceito dialético de mediação, que pode ser empregado para a análise de distintos fenômenos informacionais, exige, assim, metodologicamente, uma visão historicizada do objeto singular (Ciavatta, 2001), cujo conhecimento deve ser buscado nas particularidades do seu tempo e espaço.

Referências

- Abbagnano N. (2007). *Dicionário de Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes.
- Araújo C. A. A. (2016). « Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação: informação, medições e cultura ». In *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, vol. 9, n° 2.
- Bolaño C. (2001). *Indústria Cultural, informação e capitalismo*, São Paulo, Hucitec.
- Bottomore T. (1988). *Dicionário do pensamento marxista*, São Paulo, Zahar.
- Ciavatta M. (2001). « O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações ». In Frigotto G., Ciavatta M. (dir.), *Teoria e educação no labirinto do capital*, Petrópolis, Vozes.
- Dantas, M. (2012). *Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital*, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Davallon J. (2007). « A mediação: a comunicação em processo? ». In *Prisma.com*, vol. 4, p. 3-36. Disponível em http://prisma.cetac.up.pt/A_mediacao_a_comunicacao_em_processo.pdf (Acesso em 14 jan. 2018).
- Dufrêne B., Gellereau M. (2004). « La médiation culturelle: enjeux professionnels et politiques ». In *Hermès*, vol. 38, p. 199-206.
- Flusser V. (1980). « Uma biblioteca verdadeiramente pública ». In *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, vol. 9, n° 2, p. 131-138.
- Gun R. (1987). « Marxism mediation ». In *Common Sense*, vol. 2, p. 57-66.
- Hegel W. (1992). *Fenomenologia do Espírito. Parte 1*, Petrópolis, Vozes.
- Hegel W. (2011). *Ciência da Lógica: Excertos*, São Paulo, Barcarola.
- Inwood M. (1997). *Dicionário Hegel*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Japiassú H., Marcondes D. (2001). *Dicionário Básico de Filosofia*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Jeanneret Y. (2005) « Médiation ». In Souyri C. (dir.), *La « société de l'information » : glossaire critique*, Paris, La Documentation Française, p. 105-107.
- Jeanneret Y. (2009). « A relação entre uso e mediação no campo de pesquisa em informação e comunicação na França ». In *RECIIS, Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, vol. 3, n° 3, p. 25-34.
- Jeanneret Y. (2015). « Analisar as "redes sociais" como dispositivos infocomunicacionais: uma problemática. In Tomaél M.I., Marteleto, R.M. (dir.), *Informação e Redes Sociais: interface de teorias, métodos e objetos*, Londrina, Eduel, p. 11-31. K ofler L. (2010). *História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- Lalande A. (1999). *Vocabulário Técnico de Crítico de Filosofia*, 3. ed., São Paulo, Martins Fontes.
- Lamizet B. (1998). *La médiation culturelle*, Paris, L'Harmattan.
- Legrand G. (1991). *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes R. S. (2006). *Informação, conhecimento e valor*. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade de São Paulo.

- Marteleto R. M. (2015). « Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escritas na web ». In *Em Questão*, vol. 21, n° 3, p. 9-25. DOI : 10.19132/1808-5245213.9-25.
- Marteleto R. M., Andalécio A. L. (2006). « Jovens e violência: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos ». In *Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIIB-ENANCIB*, Marília, 2006, p. 1-10.
- Marteleto R. M., Couzinet V. (2013). « Mediações e dispositivos de informação e Comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados ». In *RECIIS, Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, vol. 7, n° 2. DOI: 10.3395/reciis.v7i2.810pt
- Martín-Serrano M. (2007). *La mediación social: Edición conmemorativa del 30 aniversario*, Madrid, Akal.
- Martins, A. A. L. (2010). *Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação*. Dissertação de mestrado, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Marx K. (2002). *O Capital [Livro I]*, São Paulo, Boitempo.
- Marx K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Expressão Popular.
- Marx K. (2011). *Grundrisse*, São Paulo, Boitempo.
- Mora J. F. (1982). *Dicionário de Filosofia*, 5. ed., Lisboa, Dom Quixote.
- O'Connor B. (1999). « The concept of mediation in Hegel and Adorno ». In *Bulletin of Hegel Society of Great Britain*, vol. 39/40, p. 84-96.
- Perrotti E., Pieruccini I. (2014). « A mediação cultural como categoria autônoma ». In *Informação & Informação*, vol. 19, n° 2, p. 1-22. DOI: 10.5433/1981-8920
- Régimbeau G. (2011). « Mediation ». In Gardiès C. (dir.), *Approche de l'information-documentation. Concepts fondateurs*, Paris, Cepaduès, p. 76-109.
- Razinkov O. (1980). *Diccionario de Filosofia*, Moscou, Editorial de Literatura Política.
- Schneider M. (2015). *A dialética do gosto: informação, música e política*, Rio de Janeiro, Circuito.
- Williams R. (1985). *Keywords: a vocabulary of culture and society*, New York, Oxford University Press.